



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

LEI Nº 4.729, DE 19 DE JUNHO DE 2.017

Expedida por
Secretária Executiva
20.06.2017
11.482

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, faz saber a todos os Municípios, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, para o exercício financeiro de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades e Metas da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 577, de 17 de outubro de 2008-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



ESTADO DO CEARÁ MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira do Regime Previdenciário;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

I - METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2018 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2018 e 2019 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 577/2008 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-os com os fixados nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS
COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 577/2008-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE**

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS,
DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA
DÍVIDA PÚBLICA.**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS
ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 577/2008-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2018 e 2019.



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS
ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS
ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS
METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018 e 2019.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



ESTADO DO CEARÁ MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Art. 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, deverão estar em conformidade com aquelas especificadas no Plano Plurianual 2018-2021, e suas alterações posteriores.

§ 1º - As metas e prioridades constantes no anexo a ser definido pelo Plano Plurianual 2018-2021, de que trata este artigo, possuem caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo ser atualizadas pela lei orçamentária anual.

§ 2º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 será dada maior prioridade:

- I – às políticas de inclusão;
- II – ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
- III – à austeridade na gestão dos recursos públicos;
- IV – à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
- V – à promoção do desenvolvimento urbano e rural;
- VI – à conservação e revitalização do meio ambiente.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal, assegurando os princípios da justiça, do controle social e da transparência na elaboração e execução dos orçamentos, observando-se o seguinte:

- I – O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE**

II – o princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III – o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 19 - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 20 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

**IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 21 - O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).



ESTADO DO CEARÁ MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
 - II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
 - III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2018, poderão ser expandidas em até 10%(dez por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017.

Art. 25 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2017.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26 - O Orçamento para o exercício de 2018 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5% da Receita Corrente Líquida do apurada no ano anterior, de acordo com o art. 5º, Inciso III da LRF.



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, na forma da Lei Complementar 101/2000.

Art. 27 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Parágrafo Único – Os recursos obtidos através de Programas e Convênios com os Governos Estadual e Federal, serão inseridos na Lei Orçamentária Anual, e caso seja necessário, serão incluídos no Plano Plurianual através de Emendas.

Art. 28 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 29 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 30 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2018, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).



ESTADO DO CEARÁ MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Art. 32 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 33 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 34 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 36 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 37 - Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Art. 38 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 39 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 40 - A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2018 e de créditos adicionais, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada dessas etapas.

§1º - O Poder Executivo divulgará por meio eletrônico, via internet:

- I. estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;**
- II. Lei Orçamentária anual de 2018 e seus anexos;**
- III. Créditos adicionais e seus anexos;**
- IV. Execução Orçamentária e financeira.**

§2º - O Poder Legislativo deverá realizar audiências públicas durante a apreciação da Proposta orçamentária de 2018, que contarão com a participação de entidades dos movimentos sociais, conformidade com o disposto no parágrafo único, inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§3º - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§4º - As estimativas das despesas obrigatórias de que trata os anexos desta Lei deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e o nível de endividamento do Município.



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE**

§5º - As Emendas Parlamentares individuais ao projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de um inteiro e dois décimos por cento da receita corrente líquida executada no exercício anterior, a ser distribuída equitativamente entre os integrantes do poder legislativo sendo que metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos.

§6º - É obrigatória a execução orçamentaria e financeira das programações que se refere o parágrafo quinto deste artigo, em montante correspondente a um inteiro e dois décimos por cento da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos em Lei

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 43 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE**

Art. 45 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 46 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 47 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE**

considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º.- A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o final do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 60%(sessenta por cento) da receita prevista para o exercício financeiro de 2018, utilizando como fonte de recursos compensatórios as disponibilidades referidas no Parágrafo 1º., do Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 53 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Art. 55 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GERALDO DA CRUZ EM JUAZEIRO DO NORTE-CE., aos 19 (dezenove) dias de junho de dois mil e dezessete (2017)./////


JOSÉ ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI ORÇAMENTÁRIA
RECEITA ARRECADADA E PREVISTA

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÕES	Realizada		Orçada	Prevista		
	2015	2016		2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	437.264.165,14	487.712.319,63	511.446.251,14	547.038.115,32	575.484.097,32	604.661.141,05
Receita Tributária	40.220.235,70	46.501.939,18	43.086.000,00	60.807.795,64	63.969.801,01	67.213.069,92
Impostos	37.280.774,05	42.849.665,41	36.743.530,00	54.211.627,24	57.030.631,86	59.922.084,89
Taxas	2.939.461,65	3.652.273,77	6.342.470,00	6.596.168,40	6.939.169,16	7.290.985,03
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	27.206.000,50	28.714.020,73	29.687.201,14	33.482.450,54	35.223.537,97	37.009.371,34
Contribuições Sociais	13.866.982,98	13.653.783,73	14.601.901,14	16.164.905,00	17.005.480,06	17.867.657,90
Contribuições Econômicas	13.339.017,52	15.060.237,00	15.085.300,00	17.317.545,54	18.218.057,91	19.141.713,44
Receita Patrimonial	21.748.374,43	29.776.680,71	33.849.340,00	34.209.288,60	35.988.171,61	37.812.771,91
Aplicações Financeiras	20.891.369,11	29.412.385,62	32.918.100,00	33.885.599,00	35.647.650,15	37.454.986,01
Outras Receitas Patrimoniais	857.005,32	364.295,09	931.240,00	323.689,60	340.521,46	357.785,90
Receita de Serviços	215.704,91	197.544,45	358.130,00	83.200,00	87.526,40	91.963,99
Transferências Correntes	334.435.386,49	362.973.302,58	384.940.790,00	402.048.831,54	422.955.370,78	444.399.208,08
Transferências da União	167.672.515,52	183.102.412,89	203.189.730,00	200.918.391,04	211.366.147,37	222.082.411,05
Transferências do Estado	63.248.750,35	70.828.059,01	69.841.700,00	79.972.865,69	84.131.454,71	88.396.919,46
Transferências de Convênios	4.521.343,95	2.176.997,87	2.385.000,00	7.408.240,41	7.793.468,91	8.188.597,79
Transferências Multigovernamentais	98.992.776,67	105.537.791,27	109.224.360,00	113.593.334,40	119.500.187,79	125.558.847,31
Transferências de Instituições Privadas	-	1.328.041,54	300.000,00	156.000,00	164.112,00	172.432,48
Transferências Municipais	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	13.438.463,11	19.548.831,98	19.524.790,00	16.406.549,00	17.259.689,55	18.134.755,81
Multa e Juros de Mora	3.781.686,14	3.516.874,16	2.928.000,00	3.045.120,00	3.203.466,24	3.365.881,98
Indenizações e Restituições	4.094.942,34	10.329.233,76	3.213.000,00	2.354.229,00	2.476.648,91	2.602.215,01
Receita da Dívida Ativa	5.205.124,29	4.339.742,68	5.198.790,00	-	-	-
Receitas Diversas	356.710,34	1.362.981,38	8.185.000,00	11.007.200,00	11.579.574,40	12.166.658,82
RECEITAS DE CAPITAL	2.454.715,51	6.608.045,70	28.718.000,00	30.727.600,00	32.325.435,20	33.964.334,76
Operações de crédito	-	1.322.273,28	6.000.000,00	6.240.000,00	6.564.480,00	6.897.299,14
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-	-
Alienações de Bens	-	-	120.000,00	124.800,00	131.289,60	137.945,98
Transferência de Capital	2.454.715,51	5.285.772,42	22.598.000,00	24.362.800,00	25.629.665,60	26.929.089,65
Transferência de Convênio	2.454.715,51	1.722.232,42	20.680.000,00	24.362.800,00	25.629.665,60	26.929.089,65



ESTADO DO CEARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI ORÇAMENTÁRIA
RECEITA ARRECADADA E PREVISTA

Outras Receitas de Capital	-	3.563.540,00	1.918.000,00	-	-	-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.782.910,25	16.258.883,61	23.019.061,00	25.727.073,24	27.064.881,05	28.437.070,52
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	17.782.910,25	16.258.883,61	23.019.061,00	25.727.073,24	27.064.881,05	28.437.070,52
DEDUÇÕES	30.714.087,77	31.418.635,94	33.005.314,00	34.325.526,56	36.110.453,94	37.941.253,96
Dedução Fundeb	27.516.019,93	30.411.019,33	33.005.314,00	34.325.526,56	36.110.453,94	37.941.253,96
Outra Deduções de Receitas	3.198.067,84	1.007.616,61	-	-	-	-
TOTAL	426.787.703,13	479.160.613,00	530.177.998,14	569.167.262,00	598.763.959,62	629.121.292,38

ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESA

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada		Orçada		Prevista	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES (I)	344.588.681,13	383.520.795,31	364.326.142,48	380.130.018,28	399.896.779,23	420.171.545,94
Pessoal e Encargos Sociais	216.870.411,88	238.689.142,82	207.520.612,68	235.903.990,50	248.170.998,01	260.753.267,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	20.000,00	25.400,00	26.720,80	28.075,54
Outras Despesas Correntes	127.718.269,25	144.831.652,49	156.785.529,80	144.200.627,78	151.699.060,42	159.390.202,79
DESPESAS DE CAPITAL (II)	34.769.942,74	62.480.519,77	94.768.432,52	110.512.292,24	116.258.931,44	122.153.259,26
Investimentos	27.913.541,64	51.050.003,55	86.320.932,52	104.818.892,24	110.269.474,64	115.860.137,00
Inversões Financeiras	-	-	410.000,00	478.400,00	503.276,80	528.792,93
Amortização Financeira	6.856.401,10	11.430.516,22	8.037.500,00	5.215.000,00	5.486.180,00	5.764.329,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	50.564.362,14	52.797.878,24	55.543.367,91	58.369.416,66
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	16.143.654,09	19.480.738,81	20.519.061,00	25.727.073,24	27.064.881,05	28.437.070,52
TOTAL	395.502.277,96	465.482.053,89	530.177.998,14	569.167.262,00	598.763.959,62	629.121.292,38

ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III- RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Orçado	Previsto		
	2015	2016		2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	427.531.055,46	473.560.183,91	501.459.998,14	512.712.588,76	539.373.643,38	566.719.887,09
Receita Tributária	40.220.235,70	46.501.939,18	43.086.000,00	60.807.795,64	63.969.801,01	67.213.069,92
Receita de Contribuição	44.988.910,75	44.972.904,34	52.706.262,14	33.482.450,54	35.223.537,97	37.009.371,34
Receita Patrimonia	21.748.374,43	29.776.680,71	33.849.340,00	34.209.288,60	35.988.171,61	37.812.771,91
Aplicações Financeiras (II)	20.891.369,11	29.412.385,62	32.918.100,00	33.885.599,00	35.647.650,15	37.454.986,01
Outras Receitas Patrimoniais	857.005,32	364.295,09	931.240,00	323.689,60	340.521,46	357.785,90
Receita de Serviços	215.704,91	197.544,45	358.130,00	83.200,00	87.526,40	91.963,99
Transferências Correntes	334.435.386,49	362.973.302,58	384.940.790,00	402.048.831,54	422.955.370,78	444.399.208,08
Demais Receitas Correntes	13.438.463,11	19.548.831,98	19.524.790,00	16.406.549,00	17.259.689,55	18.134.755,81
(-)-Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	27.516.019,93	30.411.019,33	33.005.314,00	34.325.526,56	36.110.453,94	37.941.253,96
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	406.639.686,35	444.147.798,29	468.541.898,14	478.826.989,76	503.725.993,23	529.264.901,08
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.454.715,51	7.930.318,98	28.718.000,00	30.727.600,00	32.325.435,20	33.964.334,76
Operações de Crédito (V)	0,00	1.322.273,28	6.000.000,00	6.240.000,00	6.564.480,00	6.897.299,14
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	1.322.273,28	0,00	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	120.000,00	124.800,00	131.289,60	137.945,98
Transferência de Capital	2.454.715,51	1.722.232,42	20.680.000,00	24.362.800,00	25.629.665,60	26.929.089,65
Outras Receitas de Capital	0,00	3.563.540,00	1.918.000,00	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	2.454.715,51	5.285.772,42	22.598.000,00	24.362.800,00	25.629.665,60	26.929.089,65
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	409.094.401,86	449.433.570,71	491.139.898,14	503.189.789,76	529.355.658,83	556.193.990,73

1,00

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III- RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

1,00

DESPESAS CORRENTES (X)	344.588.681,13	383.520.795,31	364.326.142,48	351.746.640,46	370.037.465,76	388.798.365,28
Pessoal e Encargos Sociais	216.870.411,88	238.689.142,82	207.520.612,68	207.520.612,68	218.311.684,54	229.380.086,95
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	20.000,00	25.400,00	26.720,80	28.075,54
Outras Despesas Correntes	127.718.269,25	144.831.652,49	156.785.529,80	144.200.627,78	151.699.060,42	159.390.202,79
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	344.588.681,13	383.520.795,31	364.306.142,48	351.721.240,46	370.010.744,96	388.770.289,73
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	34.769.942,74	62.480.519,77	94.768.432,52	110.512.292,24	116.258.931,44	122.153.259,26
Investimentos	27.913.541,64	51.050.003,55	86.320.932,52	104.818.892,24	110.269.474,64	115.860.137,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	410.000,00	478.400,00	503.276,80	528.792,93
Amortização da Dívida (XIV)	6.856.401,10	11.430.516,22	8.037.500,00	5.215.000,00	5.486.180,00	5.764.329,33
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	27.913.541,64	51.050.003,55	86.730.932,52	105.297.292,24	110.772.751,44	116.388.929,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	50.564.362,14	52.797.878,24	55.543.367,91	58.359.416,66
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	372.502.222,77	434.570.798,86	501.601.437,14	509.816.410,94	536.326.864,31	563.518.636,33
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	36.592.179,09	14.862.771,85	-10.461.539,00	-6.626.621,18	-6.971.205,48	-7.324.645,60

ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

ESTADO DO CEARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV- RESULTADO NOMINAL

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	146.635.412,36	160.865.462,83	151.808.737,27	143.261.905,36	135.196.260,09	127.584.710,65
DEDUÇÕES (II)	15.789.036,51	-	4.917.899,71	10.467.121,22	16.066.389,08	21.665.423,10
Ativo Disponível	42.622.417,64	39.224.872,62	41.624.514,73	43.832.875,06	46.176.335,24	48.644.126,11
Haveres Financeiros	9.603.148,64	10.020.845,91	10.561.503,18	11.125.676,80	11.720.289,43	12.346.665,04
(-) Obrigações Financeiras	36.436.529,77	49.319.494,83	47.268.118,20	44.491.430,65	41.830.235,59	39.325.368,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	130.846.375,85	160.865.462,83	146.890.837,57	132.794.784,14	119.129.871,01	105.919.287,55
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	10.725.294,83	10.121.460,73	9.551.622,49	9.013.866,15	8.506.385,48
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	130.846.375,85	150.140.168,00	136.769.376,83	123.243.161,65	110.116.004,86	97.412.902,07
RESULTADO NOMINAL	(4.317.721,70)	19.293.792,15	(13.370.791,17)	(13.526.215,18)	(13.127.156,79)	(12.703.102,79)

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2014:

135.164.097,55

ACPP- ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V- MONTANTE DA DIVIDA

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	146.635.412,36	160.865.462,83	151.808.737,27	143.261.905,36	135.196.260,09	127.584.710,65
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	15.789.036,51	-	4.917.899,71	10.467.121,22	16.066.389,08	21.665.423,10
Ativo Disponível	42.622.417,64	39.224.872,62	41.624.514,73	43.832.875,06	46.176.335,24	48.644.126,11
Haveres Financeiros	9.603.148,64	10.020.845,91	10.561.503,18	11.125.676,80	11.720.289,43	12.346.665,04
(-) Restos a Pagar Proc.	36.436.529,77	49.319.494,83	47.268.118,20	44.491.430,65	41.830.235,59	39.325.368,04
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	10.725.294,83	10.121.460,73	9.551.622,49	9.013.866,15	8.506.385,48
DCL (III) = (I - II)	130.846.375,85	150.140.168,00	136.769.376,83	123.243.161,65	110.116.004,86	97.412.902,07



ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

AMF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1 - Passivos Contingentes	-	- Providências indicada	-
2 - Riscos Fiscais	52.797.878,24	Providências indicada	52.797.878,24
3 - Eventos Fiscais Imprevistos	-	- Providências indicada	-
TOTAL	52.797.878,24	TOTAL	52.797.878,24

OBS:

- 1 - Passivos Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc
- 2 - Riscos Fiscais: Emergências, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor
- 3 - Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas

ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS

LRP, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	569.167.262,00	568.871.448,85	520,69	1.476,14	598.763.959,62	598.460.540,13	547,65	1.552,54	629.121.292,38	628.806.888,93	575,28	1.630,05
Receitas Primárias (I)	503.189.789,78	502.928.267,08	460,33	1.305,03	529.355.658,83	529.087.411,51	484,17	1.372,57	556.193.990,73	555.916.032,71	508,60	1.441,10
Despesa Total	569.167.262,00	568.871.448,85	520,69	1.476,14	598.763.959,62	598.460.540,13	547,65	1.552,54	629.121.292,38	628.806.888,93	575,28	1.630,05
Despesas Primárias (II)	509.816.410,94	509.551.444,19	466,39	1.322,22	536.328.864,31	536.055.084,38	490,55	1.390,64	563.518.638,33	563.237.017,82	515,30	1.460,08
Resultado Primário (I - II)	(6.626.621,18)	(6.623.177,13)	(6,06)	(17,19)	(6.971.205,48)	(6.967.672,87)	(6,38)	(18,08)	(7.324.645,60)	(7.320.985,11)	(6,70)	(18,98)
Resultado Nominal	(13.526.215,18)	(13.519.185,21)	(12,37)	(35,08)	(13.127.156,79)	(13.120.504,69)	(12,01)	(34,04)	(12.703.102,79)	(12.696.754,42)	(11,62)	(32,91)
Dívida Pública Consolidada	143.261.905,36	143.187.447,89	131,06	371,55	135.196.260,09	135.127.750,32	123,66	350,55	127.584.710,65	127.520.960,17	116,67	330,57
Dívida Consolidada Líquida	123.243.161,65	123.179.108,52	112,75	319,63	110.116.004,86	110.060.204,34	100,72	285,52	97.412.902,07	97.364.219,96	89,08	252,40

Fonte: SEPLAC/PIPE/Relatórios da LRF

Nota:

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se O seguinte cenário macroeconômico

ÍNDICE PARA DEFLAÇÃO	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

ÍNDICE INFLACIONÁRIO %	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
	5,91%	5,63%	5,63%	5,20%	5,07%	5,00%

PIB VAR.% REAL	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
	2,50%		2,00%		2,05%	2,35%

PROJEÇÃO PIB (Estadual)	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
	109.276.000,00	109.296.855,00	109.310.299,51	109.332.707,12	109.358.400,31	109.384.099,53

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
	26.973.571,37	26.639.979,56	26.639.979,56	38.557.745,01	38.566.806,08	38.575.869,28

ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA
Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE METAS

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2016	% PIB = (I/PIB*100)	II - Metas Realizadas em 2016	% PIB = (II/PIB*100)	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	484.167.566,84	443,07	479.160.613,00	438,49	(5.006.953,84)	-4,58
II - Receitas Primárias (I)	461.542.566,84	422,37	449.433.570,71	411,29	(12.108.996,13)	-11,08
III - Despesa Total	484.167.566,84	443,07	465.482.053,89	425,97	(18.685.512,95)	-17,10
IV - Despesas Primárias (II)	496.069.573,64	453,96	434.570.798,86	397,69	(61.498.774,78)	-56,28
V - Resultado Primário (I - II)	(34.527.006,80)	(31,60)	14.862.771,85	13,60	49.389.778,65	45,20
VI - Resultado Nominal	(4.317.721,70)	(3,95)	19.293.792,15	17,66	23.611.513,85	21,61
VII - Dívida Pública Consolidada	146.635.412,36	134,19	160.865.462,83	147,21	14.230.050,47	13,02
VIII - Dívida Consolidada Líquida	130.846.375,85	119,74	150.140.168,00	137,40	19.293.792,15	17,66

Fonte: SEPLAC/FIPE/Relatórios da LRF

	ANO 2015
PROJEÇÃO PIB (ESTADUAL)	109.275.000,00



ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA
Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LRF, art 4º, § 2º, Inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020
Receita Total	426.787.703,13	479.160.613,00	12,27	530.177.998,14	10,65	569.167.262,00	7,35	598.763.959,62	5,20	629.121.292,38
Receitas Primárias (I)	409.094.401,86	449.433.570,71	9,86	491.139.898,14	9,28	503.189.789,76	2,45	529.358.658,83	5,20	556.193.990,73
Despesa Total	395.502.277,96	465.482.053,89	17,69	530.177.998,14	13,90	569.167.262,00	7,35	598.763.959,62	5,20	629.121.292,38
Despesas Primárias (II)	372.502.222,77	434.570.798,86	16,66	501.601.437,14	15,42	509.816.410,94	1,64	536.328.864,31	5,20	563.518.636,33
Resultado Primário (I - II)	36.592.179,09	14.862.771,85	(59,38)	(10.461.539,00)	(170,39)	(6.626.621,18)	(36,66)	(6.971.205,48)	5,20	(7.324.645,60)
Resultado Nominal	(4.317.722)	19.293.792,15	(546,85)	(13.370.791,17)	(169,30)	(13.526.215,18)	1,16	(13.127.156,79)	(2,95)	(12.703.102,79)
Dívida Pública Consolidada	146.635.412,36	160.865.462,83	9,70	151.808.737,27	(5,63)	143.261.905,36	(5,63)	135.196.280,09	(5,63)	127.584.710,65
Dívida Consolidada Líquida	130.846.375,85	160.865.462,83	22,94	146.890.837,57	(8,69)	132.794.784,14	(9,60)	119.129.871,01	(10,29)	105.919.287,55

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020
Receita Total	426.535.620,58	478.873.289,03	10,65	529.879.675,88	10,65	568.871.448,85	7,36	598.460.540,13	5,20	628.806.888,93
Receitas Primárias (I)	408.852.789,87	449.164.072,27	9,28	490.863.541,97	9,28	502.928.267,06	2,46	529.087.411,51	5,20	555.916.032,71
Despesas Total	395.268.674,17	465.202.932,13	13,90	529.879.675,88	13,90	568.871.448,85	7,36	598.460.540,13	5,20	628.806.888,93
Despesas Primárias (II)	372.282.203,99	434.310.212,73	15,43	501.319.194,43	15,43	509.551.444,19	1,64	536.055.084,38	5,20	563.237.017,82
Resultado Primário (I - II)	36.570.565,89	14.853.859,53	(170,39)	(10.455.652,47)	(170,39)	(6.623.177,13)	(36,65)	(6.967.672,87)	5,20	(7.320.985,11)
Resultado Nominal	(4.315.171,43)	19.282.222,82	(169,30)	(13.363.267,65)	(169,30)	(13.519.185,21)	1,17	(13.120.504,69)	(2,95)	(12.696.754,42)
Dívida Pública Consolidada	146.548.802,02	160.769.001,43	(5,63)	151.723.317,05	(5,63)	143.187.447,89	(5,63)	135.127.750,32	(5,63)	127.520.950,17
Dívida Consolidada Líquida	130.769.091,32	160.769.001,43	(8,68)	146.808.184,56	(8,68)	132.725.766,75	(9,59)	119.069.502,77	(10,29)	105.866.354,37

Fonte: SEPLAC/FIPE/Relatórios da LRF

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ÍNDICE INFLAÇÃO%	5,91%	6,00%	5,63%	5,20%	5,07%	5,00%

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ÍNDICE PARA DEFLAÇÃO	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, art 4º, § 2º, inciso III		R\$ 1,00			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014
Patrimônio/Capital	(31.423.177,06)	100,00	(29.601.853,89)	100,00	15.132.288,30
Reservas		0,00		0,00	0,00
Resultado Acumulado		0,00		0,00	0,00
TOTAL	(31.423.177,06)	100,00	(29.601.853,89)	100,00	15.132.288,30

REGIME PREVIDENCIÁRIO					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014
Patrimônio/Capital	-39.408.675,44	125,41	-37.514.640,47	126,73	-36.289.965,80
Reservas		0,00		0,00	0,00
Resultado Acumulado		0,00		0,00	0,00
TOTAL	-39.408.675,44	125,41	-37.514.640,47	126,73	-36.289.965,80

Fonte: Balanço de Governo



ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA
Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016	2015	2014
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	57,16
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00	57,16

DESPESAS LIQUIDADAS	2016	2015	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	0,00	0,00	57,16

Fonte: Relatórios da LRF da Prefeitura



ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITA E DESPESA PREVIDENCIÁRIAS

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"				R\$ 1,00	
RECEITAS REALIZADAS		2014	2015	2016	
RECEITAS CONCORRENTES (I)		982.623,94	996.496,39	1.077.702,92	
Receita de Contribuições		0,00	0,00		
Pessoal Civil		826.878,11	809.679,23	862.272,75	
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	
Outras Contribuições Previdenciárias		0,00	6.849,91	28.584,09	
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS		0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial		111.223,46	179.967,25	178.140,05	
Outras receitas Correntes		44.522,37	0,00	8.706,03	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)		1.252.330,58	1.969.934,72	1.198.089,78	
Contribuição Patronal do Exercício		0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil		1.252.330,58	1.969.934,72	1.198.089,78	
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)		0,00	0,00	0,00	
OUTROS APORTES AO RPPS (V)		0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I - II + III + IV + V)		2.234.954,52	2.966.431,11	2.275.792,70	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITA E DESPESA PREVIDENCIÁRIAS

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"				R\$ 1,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				2015	2016
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)				8.819,00	5.400,00
Despesas Correntes		6.562,00		8.819,00	5.400,00
Despesas de Capital		0,00		0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)				2.529.422,03	3.189.327,57
Pessoal Civil		2.046.931,60		2.529.422,03	3.189.327,57
Pessoal Militar		0,00		0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		0,00		0,00	0,00
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS		0,00		0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS		0,00		0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (IX)		0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)		2.053.493,60		2.538.241,03	3.194.727,57
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)		181.460,92		428.190,08	-918.934,87
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS		0,00		0,00	0,00

Fonte: Balancetes do RPPS



ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

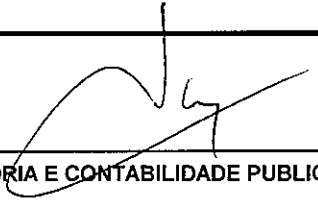
Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art 4º, § 12º, inciso V

R\$ 1,00

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2018	2019	2020	
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	


ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PUBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art 4º, § 1º		R\$ 1,00
EVENTO	VALOR PREVISTO 2018	
Aumento Permanente da Receita	51.017.385,14	
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	20.087.317,11	
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	3.686.568,73	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	27.243.499,30	
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00	
Margem Bruta (III) = (I + II)	27.243.499,30	
Saldo Utilizado (IV)	0,00	
Impacto de Novas DOCC	0,00	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	27.243.499,30	



ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA
Assessoria Contábil

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
	0,00		0,00
	0,00		0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00



ACPP - ASSESSORIA E CONTABILIDADE PÚBLICA E PRIVADA LTDA

Assessoria Contábil